

## O FINANCIAMENTO EXTERNO BRASILEIRO NO PERÍODO JK E SUAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS E O FMI. –

**Victor Augusto Ferraz Young**

Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo  
Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas

### **Resumo:**

Com fim da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se no mundo uma nova conformação política e econômica derivada dos resultados do conflito. De um lado, constituiu-se o bloco socialista sob a liderança soviética, ao qual, em 1949, se juntaria a China, de outro lado, formou-se o bloco dos países capitalistas liderados pelos Estados Unidos que saíra da guerra como a maior potência econômica e militar do globo. O mundo capitalista, a partir daí, reestruturou-se, restaurando as forças produtivas industriais das anteriores economias mais desenvolvidas. Receberam estas, para que se mantivessem como nações capitalistas, o auxílio dos Estados Unidos, através do Plano Marshall para Europa e de volumosa ajuda econômica para o Japão. Reconfigurou-se, então, um novo sistema de acumulação baseado, a princípio, na esfera industrial sob moldes mais concentrados e expandidos internacionalmente por meio da constituição das empresas multinacionais. Estava conformada, portanto, uma nova estrutura de competição por mercados tanto nos países do centro mais desenvolvido, quanto na periferia. Países subdesenvolvidos como o Brasil, buscavam, ao mesmo tempo, inserir-se de maneira menos subalterna ao renovado sistema capitalista, concatenando esforços para constituir forças produtivas industriais que permitissem melhor posição na divisão internacional do trabalho. O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) era a tentativa que se faria para a complementação desse projeto. A dependência em relação aos produtos primários de exportação, principalmente o café, seria o limitante que obrigaria o país a melhor barganhar opções para essa inserção, pois havia necessidade de capital e tecnologia não disponíveis localmente. Muitos dos investimentos necessários foram conseguidos junto à Europa e ao Japão, mas a ajuda econômica dos Estados Unidos era ainda imprescindível. O propósito deste trabalho é exatamente o de analisar os pleitos brasileiros e as exigências que enfrentaria caso quisesse obtê-los. A resposta e os interesses norte-americanos nas suas relações com o Brasil não eram exatamente aqueles que estavam dentro das expectativas brasileiras de desenvolvimento econômico.

**Abstract:** With the end of World War II, a new political and economic conformation was set forth in the world, derived from the results of the conflict. On one hand, the socialist bloc was established under Soviet leadership, which, in 1949, would join China and, on the other hand, a bloc of capitalist countries was formed led by the United States that had emerged from the war as the world's greatest economic and military power. From there on, the capitalist world was restructured, restoring the productive industrial power of the previous more developed economies. These nations were given, in order to remain as capitalist nations, the U.S. aid through the Marshall Plan for Europe and massive economic aid for Japan. Then, a new system of accumulation was reconfigured, based in principle, on the industrial sphere, under more internationally concentrated and expanded patterns, through the establishment of multinational companies. Therefore, a new competition framework was created, both by markets in more developed countries of the center, as well as in the suburbs. Developing countries like Brazil, were seeking, at the same time, an insertion in a less subordinate way into the new capitalist system, joining efforts to establish industrial productive forces allowing a better position in the international division of labor. The Target Plan of Juscelino Kubitschek's government (1956-1961) was the attempt that would be done for the complementation of this project. The dependence on primary commodity exports, mainly coffee, would be the limiting force obliging the country to bargain better options for that insertion, because there was a need for capital and technology, not available locally. Many of the required investments were obtained from with Europe and Japan, but the U.S. economic aid was still essential. The purpose of this paper is to analyze, exactly, the causes of Brazil and the demands that would face to win them. The response and the American interests in its relations with Brazil were not exactly those that were within the Brazilian expectations of economic development.

## Introdução

Buscamos identificar neste trabalho as relações entre Brasil e Estados Unidos no que se refere à questão do financiamento do Balanço de Pagamentos brasileiro durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Houve, neste período, pleitos junto ao governo norte-americano para empréstimos que financiassem os recorrentes déficits das contas externas nacionais. O governo brasileiro foi logo encaminhado pelos EUA ao FMI (Fundo Monetário Internacional) para que neste órgão “multilateral” encetasse as negociações e, mediante condicionalidades econômicas, obtivesse os fundos necessários. Este artigo baseia-se, além de revisão bibliográfica, numa pesquisa documental sobre arquivos diplomáticos do Departamento de Estado norte-americano e da Agência Central de Inteligência (CIA), tendo por finalidade identificar as razões pelas quais as negociações entre os dois países e aquela organização internacional não se sucederam conforme esperavam estes três atores.

O governo brasileiro, desde os anos 1930, com o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira do setor agrário exportador para o urbano industrial (Furtado, 1977: 202), buscava fazer com que o país escapasse de uma dependência externa em relação aos produtos primários de exportação. O processo de industrialização retardatário que ocorria no Brasil passou a ter, a partir daquele momento, o Estado nacional como sua principal base de apoio, como se verificou com a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no primeiro governo Vargas e as políticas econômicas posteriores em sua última gestão<sup>1</sup>. Em período subsequente, já na segunda metade dos anos 1950, estabelecendo-se uma coalizão política interna com o propósito de melhorar a infraestrutura e dar continuidade a complementação industrial, elaborou-se, para implementação durante o governo JK, a proposta de medidas que incorporaria o Plano de Metas. Estabelecia-se, pois, uma estratégia de desenvolvimento econômico, suficientemente sustentada pelas forças políticas internas, que traduzia os interesses hegemônicos da época no interesse nacional brasileiro<sup>2</sup>.

O Plano de Metas exigia volume considerável de recursos, principalmente, em termos de divisas internacionais, já que determinada capacidade de importação deveria ser mantida para a

---

<sup>1</sup> No último governo de Getúlio Vargas (1951-1954), previa-se um “Programa de Reaparelhamento Econômico” baseado nos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – CMBEU - (Sochaczewski, 1993: 161), além de ter sido formulado, em 1952, pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) daquele governo, um ‘Plano Geral de industrialização’ nacional (Leopoldi, 2000: 221-222).

<sup>2</sup> A estabilidade necessária para que o governo JK pudesse mobilizar a burocracia e utilizar-se dos instrumentos de política econômica com maior desenvoltura, mantendo a ordem política, foi garantida pela convergência de interesses entre a aliança de dois dos principais partidos políticos da época, PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e Forças Armadas Brasileiras (Benevides, 1975: 48). Todos, numa quase unanimidade, apoiaram a política econômica do governo, em que o núcleo foi o Plano de Metas (Ibidem: 49).

aquisição de fatores de produção imprescindíveis à indústria, como máquinas e equipamentos e insumos petrolíferos, por exemplo. O financiamento externo não poderia, além disso, depender de uma única fonte. O cancelamento da CMBEU por decisão unilateral dos EUA, em 1953, abortando os vários projetos do segundo governo Vargas, mostrara que outras alternativas em termos de recursos deveriam ser pensadas.

Havia, porventura, naquele momento, um movimento de centralização, concentração e internacionalização do capital industrial europeu e japonês para a periferia. Tal transferência de setores produtivos para áreas subdesenvolvidas ocorria em resposta a um mesmo movimento das indústrias norte-americanas para aqueles países no imediato pós-guerra<sup>3</sup>. No Brasil, os mecanismos decorrentes da Instrução SUMOC n° 113<sup>4</sup> constituiriam elemento importante para a atração desses capitais para o país na forma de investimentos diretos externos, principalmente no período que aqui tratamos. A abertura ao capital estrangeiro, abdicando de um provável comando industrial brasileiro em diversos setores<sup>5</sup>, foi a opção feita pelo governo JK no sentido de implementar seu plano de governo, escapando em parte das determinações da potência hegemônica.

Contudo, dadas as restrições externas, principalmente no que se refere à constante queda nos preços do café e ao aumento dos compromissos externos brasileiros, além do crescimento nas importações devido a consecução do próprio plano, houve necessidade de se solicitar empréstimos ao governo norte-americano quando os déficits no Balanço de Pagamentos passaram a contrair pesadamente a capacidade brasileira de cumprir com os compromissos exteriores. Como informamos, o presente trabalho buscará trazer algum esclarecimento sobre estas negociações entre os dois países e aquelas conduzidas junto ao FMI, permitindo, quiçá, melhor entendimento sobre as relações político-financeiras entre centro e a periferia.

## **Financiamento Externo e Relações com os Estados Unidos e FMI**

Como nos referimos anteriormente, o financiamento para o Plano de Metas não se sustentaria somente com recursos nacionais. Muitos dos investimentos teriam que ser buscados obrigatoriamente em fontes externas, fosse na forma de empréstimos, fosse na de investimentos diretos. Desse modo, o deslocamento do capital produtivo da Europa e do Japão para os países da periferia permitiu que o governo brasileiro se aproveitasse desse tipo de recurso, mas seus resultados não solucionariam totalmente as necessidades que tinha o país de cobrir os déficits no

---

<sup>3</sup> Buscava-se, além disso, um aproveitamento em relação às diferenças de salário entre os países e a obtenção e consolidação de novos mercados a partir do estabelecimento local de plantas produtivas.

<sup>4</sup> Entre outras facilidades, possibilitava a importação de bens de capital sem cobertura cambial.

<sup>5</sup> Principalmente no Departamento de Bens de Consumo Durável.

Balanço de Pagamentos, dado ainda que os preços dos produtos de exportação também não apresentavam perspectiva de recuperação – principalmente no caso do café. Considerando que não havia muitas alternativas além desta amplamente explorada pelo país, o governo brasileiro não teria como deixar de se valer de renovados apelos junto àqueles que realmente poderiam fornecer o socorro necessário: os Estados Unidos e o FMI.

Tomando em consideração os interesses brasileiros, portanto, que entendemos consubstanciados no Plano de Metas e nas ações que dele derivaram, procuraremos verificar dentro da fração documental norte-americana que analisamos - tendo em conta as limitações que tal fonte nos impõe - como foi percebida a abordagem brasileira junto à burocracia dos Estados Unidos e quais foram as respostas dadas ao Brasil nas diferentes situações em termos de posicionamento e ações efetivas. Quanto ao Fundo Monetário Internacional, analisaremos suas ações também por meio da documentação diplomática dos EUA, pois, conforme nosso entendimento, muito do que se decidia dentro deste organismo, na época, estava vinculado a determinações do governo norte-americano.

Antes de se considerar, no entanto, o comportamento norte-americano em relação ao que o governo Kubitschek poderia demandar dos Estados Unidos naquele momento, seria importante salientar que havia dentro da burocracia norte-americana de alto escalão a compreensão, ou pelo menos informações bem elaboradas quanto aos problemas econômicos estruturais vividos pela América Latina e Brasil. A CIA e a Embaixada, como verificamos na documentação do período, faziam um acompanhamento tanto em relação à economia brasileira quanto em relação a de outros países latino-americanos, buscando situar, na maioria dos casos, as condições monetárias internas, os preços internacionais dos principais produtos de exportação e, conseqüentemente, o estado em que se encontravam o Balanço de Pagamentos e as reservas cambiais<sup>6</sup>. Tratava-se de um apanhado contínuo de informações econômicas que poderiam dar suporte à política externa que se almejava, como veremos a seguir. Em meio a tais relatórios, todavia, foi emitido pela CIA, com destino à Casa Branca, relatório em que se identificam as razões que fundamentavam a lógica dos estrangulamentos recorrentes no Balanço de Pagamentos daqueles países, ou seja, a dependência em relação a produtos primários de exportação em um cenário de crescente deterioração dos termos de troca. No documento também se constata a percepção de que eram tais fatores que tornavam muito mais difícil o desenvolvimento econômico e industrial que vinha sendo conduzido em alguns daqueles Estados.

---

<sup>6</sup> Informe do Departamento de Estado ao presidente, Eisenhower, para reunião de com embaixador do Brasil, O'Briggs - MR081\_parte3\_p272-273\_Out/57; National Intelligence Estimate - CIA-jan/57; Telegrama chargé no Brasil para Departamento de Estado -FRUS-55-57-Vol VII-Br-d367-out/57; Despacho Embaixador para Departamento de Estado - Panorama para 1958 - FRUS-55-57-Vol VII-Br-d372-dez/57; Report OCB para NSC - FRUS-58-60-Vol V-LA-d2-Mai/58; FRUS-58-60-Vol V-LA-d7-nov/58.

The principal Latin American countries have made substantial progress in developing more balanced economies, (...). The accumulation of capital needed to maintain a satisfactory rate of development has lagged because of low productivity and limited export prospects for the foodstuffs and raw materials on which Latin America still depends for essential foreign exchange. **Latin America, in view of its growing economic aspirations and the probability that its terms of trade will not substantially improve during the next few years, almost certainly cannot provide from its own resources sufficient capital to maintain a satisfactory rate of economic development.** In particular, most countries will have great difficulty with respect to the foreign exchange increment of investment. **The general level of prices for Latin America's primary products has declined since 1954 while world prices for manufactures have risen. Export volume has failed to compensate** for losses in earning power and for increased demands for imports in part responding to **greater needs for energy, transport supplies, industrial raw materials, and heavy equipment.** Despite their obvious shortages of foreign exchange, the Latin American countries have pressed the import of capital equipment. This (...) has resulted in sizeable trade deficits over the past few years. **These have been covered by sales of gold and foreign exchange reserves, by overseas commercial credits, by official loans, and by investment of capital from abroad.** The gross inflow of outside capital has more than doubled, but **net receipts have been considerably reduced by outflows of amortization, repayments of official debts, and remittances on private investment.**<sup>7</sup> (grifos meus)

O que os EUA, por sua vez, propunham para o desenvolvimento da América Latina, ao invés de ajuda por meio de transferências de governo a governo ou apoio junto ao FMI<sup>8</sup>, era que os países da região se adaptassem a políticas liberalizantes para que pudessem receber os capitais privados de empresas multinacionais. Deveriam, dessa maneira, criar as condições necessárias para atraí-las, ou seja, promover políticas fiscais e monetárias “sólidas”<sup>9</sup> (que garantissem a estabilidade dos preços internos e do câmbio para as operações locais de tais firmas estrangeiras - diga-se norte-americanas), resguardar os contratos e os direitos de propriedade estrangeiros, suprimir as regulações sobre a entrada e saída de capitais e diminuir a participação do Estado-empresário, principalmente, nas áreas de interesse privado<sup>10</sup> (Rabe, 1988: 65-66, 72). Ficavam implícitas as vantagens fiscais<sup>11</sup> e o controle sobre salários<sup>12</sup> também necessários para persuadir as mencionadas

---

<sup>7</sup> National Intelligence Estimate – Relatório emitido pela CIA à Casa Branca - FRUS-58-60-Vol V-LA – d8 – dez/58.

<sup>8</sup> A função pensada para o FMI em Bretton Woods seria a de prover liquidez aos países em dificuldades cambiais.

<sup>9</sup> Termo utilizado pela diplomacia norte-americana que se traduz em políticas econômicas ortodoxas como enxugamento monetário (nesta época, principalmente pelo corte creditício por parte do governo), diminuição dos gastos estatais e aumento de tributos.

<sup>10</sup> “In Latin America the state has traditionally played an important role in the economy and there is in the area a widespread preference for state economic initiative, particularly as against foreign private enterprise. State intervention has recently received a strong impulse from rapid change in the society that in many cases has almost forced the state to take a more active role. Domestic capital, typically organized on a family basis and limited in quantity, has been unequal to the task of developing basic industries and exploiting national resources, while private foreign capital has been excluded in certain areas, principally petroleum, by nationalist opposition.” - National Intelligence Estimate – Relatório emitido pela CIA à Casa Branca - FRUS-58-60-Vol V-LA – d8 – dez/58.

<sup>11</sup> “Encourage Latin American countries to look to private capital and international lending institutions as major sources of external capital for development, negotiating wherever feasible suitable income tax agreements designed to reduce obstacles to international trade and investment and to **give recognition to tax incentives offered by Latin American countries.**” -FRUS-58-60-Vol V-LA-d11-fev/59 (item38a): STATEMENT OF U.S. POLICY TOWARD LATIN AMERICA2 NSC 5902/1 - Policy Guidance. Economic.

<sup>12</sup> “The United States, aided considerably by the International Monetary Fund (IMF), has made substantial effort to encourage Latin American governments to confront more courageously their fiscal and balance of payments problems. However, under domestic political pressures (**especially reluctance to hold down wages and thus to oppose aspirations for higher living standards**), many Latin American governments have shown timidity about taking measures to check inflation and inability or unwillingness to institute sound fiscal and economic policies.” (grifos meus). - Special Report by the Operations Coordinating Board to the National Security Council. Annex B. - FRUS-58-60-Vol V-LA-d7-Nov/58.

firmas a se instalarem no país. Daí a frase de Eisenhower: “(...) if Latin Americans want our money, they ought to be required to go after our capital.” (ibidem: 65).

A política dos Estados Unidos de livre comércio e de livre circulação de capitais, propugnada, dessa maneira, aos latino-americanos como uma solução que atenderia aos próprios interesses daqueles países (ibidem: 65-66), não visava mais do que garantir a segurança e a rentabilidade das empresas estrangeiras e manter limitado o gasto com empréstimos de governo a governo, pois em verdade a burocracia de Estado norte-americana tinha conhecimento e informações a respeito dos problemas estruturais que restringiam o desenvolvimento industrial e conseqüentemente econômico dos países da região, ou seja, necessidade abundante de liquidez cambial.

O países da América Latina que, mesmo assim, buscavam contornar a escassez de moedas conversíveis para o atendimento de suas necessidades financeiras não tinham muitas alternativas além dos Estados Unidos. A possibilidade de barganha junto ao seu maior rival, a União Soviética (URSS), era vetada aos governos latino-americanos. O item 28 da Declaração de Política Externa dos Estados Unidos para a América Latina, intitulado, *Sanction Against Close [Communist] Bloc Ties*, determinava:

If a Latin American state should establish with the Soviet bloc close ties of such a nature as materially to prejudice our interests, be prepared to diminish or suspend governmental economic and financial cooperation with that country and to take any other political, economic or military actions deemed appropriate.<sup>13</sup>

Houve, por exemplo, no caso brasileiro, conforme registrado pelo Departamento de Estado norte-americano, oferta financeira por parte da URSS que teria sido intermediada por países do bloco comunista, já que o Brasil não tinha, naquele momento, relações comerciais ou diplomáticas com os soviéticos. Em novembro de 1957 - ano em que, depois de uma recuperação no Balanço de Pagamentos em 1956, novo déficit era previsto - polacos, russos e búlgaros, em abordagem a diplomatas brasileiros lotados junto à missão do Brasil na ONU, teriam manifestado a disposição de seus respectivos países em fornecer, em conjunto, uma ajuda financeira no valor de US\$ 1 bilhão em troca do reatamento diplomático do Brasil com a União Soviética.<sup>14</sup> Não se sabe exatamente quais teriam sido os detalhes da oferta, mas Nikolai Bulganin, Premier da União Soviética naquele período, já havia manifestado publicamente que a URSS estaria disposta a oferecer ajuda financeira a qualquer país da América Latina, conforme noticiado no jornal, O Globo, em janeiro de 1956.<sup>15</sup> Nikita Kruchov, primeiro-ministro, teria dito na rádio Moscou que os soviéticos estariam dispostos

<sup>13</sup> STATEMENT OF U.S. POLICY TOWARD LATIN AMERICA - NSC 5902/1 - FRUS-58-60-LA-d11-Mai/58.

<sup>14</sup> Foreign Service Despatch – Embaixada - MR\_084\_p001a462\_p151-Nov/57; Telegrama da Embaixada ao Departamento de Estado - MR\_084\_p463a1197\_p98-Nov/57.

<sup>15</sup> Foreign Service Despatch – Embaixada - MR\_083\_p371a800\_p171-Jan/56.

a ajudar na industrialização do Brasil (Bandeira, 2007 [1973]: 528). Em 1957, tinham um programa para países subdesenvolvidos no valor de US\$ 1,6 bilhão (idem). Em outra ocasião, em janeiro de 1961, teriam ofertado os soviéticos financiamento para a construção da Usina de Urubupungá no Estado de São Paulo. O Cardeal Arcebispo Motta daquele mesmo Estado enviou carta<sup>16</sup> ao Consulado Geral norte-americano, solicitando inclusive que estes fizessem contraproposta.<sup>17</sup> Fosse esta ou qualquer outra barganha, a aproximação diplomática com a União Soviética sempre trazia algum tipo de desgaste para o governo Kubitschek, tanto internamente quanto junto aos Estados Unidos.

No Congresso brasileiro, já havia um debate em relação ao possível reatamento comercial e diplomático com a potência comunista. Constituiu-se inclusive um Bloco Parlamentar, a Ação Democrática Parlamentar, que se manifestava contra qualquer relação entre os dois países (Caldas, 1995: 134), além de vários meios de comunicação e muitos militares formarem oposição ferrenha à iniciativa (Bandeira, op. cit.: 526-527). A vantagem que atraía o governo brasileiro, salienta Bandeira (idem), era que a URSS poderia fornecer empréstimos a juros mais baixos, aceitando as mercadorias tradicionais dos tomadores como pagamento, ou seja, haveria não uma, mas duas vantagens, receber divisas e escoar o excesso de produção de café.

Quanto ao governo dos Estados Unidos, fato registrado tanto na documentação<sup>18</sup> quanto por Caldas (op. cit.: 134) e Bandeira (op. cit.: 520) é o de que o governo brasileiro vinha informando aquele país quanto a tais possibilidades de reatamento, e aguardava desse modo certa anuência, enquanto negociava o restabelecimento, pelo menos, das relações comerciais. Dadas às necessidades que o Brasil manifestava quanto a divisas internacionais e suas possibilidades de exportação, por fim, os EUA não se opuseram, nem apoiaram a retomada das relações de comércio. Contudo, uma ligação do Brasil com os soviéticos que estabelecesse um relacionamento econômico mais profundo, que permitisse algum tipo de barganha, e diminuísse a influência norte-americana sobre a América Latina, de modo algum, seria tolerada pelo governo dos Estados Unidos.

Tentando ainda conseguir os financiamentos necessários para o desenvolvimento econômico brasileiro e aproveitando-se, em 1958, do grande tumulto e hostilidade civil que cercaram a visita do então vice-presidente, Richard Nixon, à Venezuela e ao Peru, JK daria início a uma troca de

---

<sup>16</sup> Documento que consta entre os arquivos norte-americanos.

<sup>17</sup> Foreign Service Dispatch – Consulado Geral de São Paulo - C38\_rol018\_parte2\_p985-Jan/61.

<sup>18</sup> Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State. "During conversation with President Kubitschek on other matters he made point that in difficult economic situation facing Brazil particularly surplus of coffee, administration is under great and growing pressure to deal with Soviet bloc. He said his government's ability to resist that pressure might be affected by extent to which U.S. is able to assist Brazil to meet current economic crisis,(...)." - FRUS-58-60-Vol V-Br-d233-fev/58; Telegram From the Department of State (Dulles) to the Embassy in Brazil. "Say if Brazil believes some surpluses can be fruitfully disposed of in this way US would understand exploitation of the opportunity. Would like sound word of caution however and warn Kubitschek of danger getting in too deep with USSR." - FRUS-58-60-Vol V-Br-d234-mar/58.

cartas pessoais com o presidente Eisenhower no sentido de se discutir a necessidade de se melhorar as desgastadas relações entre Estados Unidos e países da América Latina. Em resposta a uma das correspondências que trocou com seu colega, Juscelino Kubitschek faria a proposta, em conjunto com outros países latino-americanos, da Operação Pan-Americana (OPA). Pleiteava-se basicamente maior atenção dos EUA quanto à cooperação econômica junto aos países da região. Quando estivera nos Estados Unidos, em janeiro de 1956, apresentando seus projetos e buscando novos investidores, JK não percebera no governo dos EUA entusiasmo quanto às medidas que tomaria para o desenvolvimento econômico brasileiro (Bandeira, op. cit.: 515). Os norte-americanos, ao contrário, enfatizaram que seria mais importante para o Brasil o combate ao comunismo por meio de medidas repressivas e de coordenação entre os órgãos de informação e inteligência dos dois países (idem). Este tipo de abordagem dos EUA, desviando demandas, não havia causado frustração somente ao governo brasileiro, mas também a maioria dos Estados da América Latina. A OPA seria, desse modo, uma forma de fazer com que os EUA dessem maior atenção aos problemas dos governos latino-americanos, utilizando-se do argumento de que o comunismo deve ser combatido por meio da eliminação do subdesenvolvimento econômico. O Brasil, dessa maneira, vinha abandonando a tradicional posição de mediador entre os Estados Unidos e os países da América Latina, para, ao lado destes, requisitar iniciativas verdadeiras no sentido de promover o desenvolvimento econômico latino-americano. O discurso dos governos da região sustentava-se no argumento de que “(...) o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas que se apresentavam como soluções para os países atrasados” (Cervo & Bueno, 2002: 290).

As propostas da OPA consistiam, primeiro, na receptividade da América Latina em relação aos capitais estrangeiros, segundo, de que os Estados Unidos ajudassem a financiar, em termos de valor e condições de pagamento, um amplo programa de apoio ao desenvolvimento econômico, que permitisse a compra de máquinas e bens de capital, no sentido de melhor equipar tais países em seus respectivos programas de industrialização para que abandonassem sua dependência em relação aos produtos primários de exportação. Terceiro, denunciava-se a perversidade do processo de deterioração dos termos de troca entre nações subdesenvolvidas e industrializadas (Caldas, op. cit.: 39-40).

Como já dissemos, sem opções de barganha, o Brasil tentava obter de um relutante Estados Unidos os recursos de que necessitava para o Plano de Metas. Buscou, desse modo, pressionar o governo daquele país aproveitando-se de um descontentamento generalizado - exposto na viagem de Nixon - ao mesmo tempo que se utilizava da própria retórica de luta contra o comunismo tão defendida pelo governo Eisenhower. Os Estados Unidos foram lançados, desta forma, numa posição

em que ou ajudavam, ou teriam que manifestar publicamente que não forneceriam recursos, o que, conseqüentemente, teria repercussão ainda mais negativa tanto na América Latina, quanto nos demais países periféricos. A relutância em fornecer fundos se explicita no comentário do embaixador O'Briggs depois de que fora colocado aquele governo sob o constrangimento da iniciativa de Kubitschek: “(...) *his notions about chicken in every pot are likely to appeal to numerous rice, bean and corn eaters, especially since we are obviously expected to furnish the chicken.*”<sup>19</sup>

Internamente o governo dos EUA estava contrariado, articulando várias formas de tentar conter a iniciativa<sup>20</sup>. Todavia, estabelecidas as expectativas latino-americanas e os fóruns de debate sobre a OPA, os Estados Unidos tiveram que ceder em alguma coisa e o resultado mais significativo foi aceitar a antiga proposta de instituição de um organismo de fomento regional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)<sup>21</sup>, não se constituindo programas mais extensos, sequer próximos do BID em termos de valor<sup>22</sup>, e não havendo necessariamente, por parte daquele governo, uma ajuda direta e imediata ao Brasil, vinculada à OPA, como veremos a seguir.

Nas suas relação diretas com os Estados Unidos, o governo brasileiro, pela dimensão em que foi concebido o Plano de Metas e pelos problemas que enfrentava no Balanço de Pagamentos, já o dissemos, não tinha como deixar de solicitar socorro financeiro direto àquele país. Os EUA eram alternativa natural entre as poucas que já haviam sido exploradas, considerando ainda as limitações políticas que o contexto de Guerra Fria impunha às relações internacionais do Brasil, como procuramos salientar.

---

<sup>19</sup> MR085\_p846a1157-p182-jun/58.

<sup>20</sup> MR085\_p846a1157-p161-jun/58: Carta ARA (Rubottom) para Secretário de Estado (Dulles) – JK quer realizar reunião para discutir subdesenvolvimento e Pan-americanismo. Rubottom informa que é do interesse dos EUA reter a iniciativa; MR085\_p846a1157-p178-jun/58: Memorando Secretário Dulles ao presidente EUA – Este orienta novamente medidas para reter iniciativa JK de reunião de presidentes para discutir sub-des na OPA. MR085\_p846a1157-p201-ago/58: Carta Dulles-JK – Dulles sugere que JK deva dar menos importância ao subdesenvolvimento. MR085\_p846a1157-p202-ago/58: memorando ARA para OSA – Sugere que EUA devem tentar conduzir a OPA conforme seus próprios interesses, levando-a para a burocracia da OEA. Recomenda cuidado, pois JK pediu suporte de outros países e uma repercussão negativa traria problemas aos EUA. FRUS-58-60-Vol V-Br-d7-Nov/58 (anexo-item5a): Special Report by the Operations Coordinating Board to the National Security Council Annex A. MAJOR DEVELOPMENTS. 5. Increased High-Level U.S. Attention to the Area. “In September, at the Secretary’s invitation, the Foreign Ministers of the American Republics held a successful informal meeting at which they took a number of steps in the economic field and agreed to recommend that their government instruct representatives on the Council of the OAS to consider the desirability of holding more frequently informal meetings for Foreign Ministers and other high ranking government representatives.” O que evidencia uma burocratização. -FRUS-58-60-Vol V-Br-d261-jan/59: Memorandum From the Assistant Secretary of State for Economic Affairs (Mann) to the Under Secretary of State for Economic Affairs (Dillon) - Brazil and Operation Pan-America – “Problem: Brazil is attempting through Operation Pan-America to obtain the assurance of continuing large-scale financial assistance from the United States Government for a general program of economic development in Latin America. The program would set a series of goals and support levels, and the United States would be expected to underwrite the attainment of the support levels. The United States cannot accept the Brazilian proposals, and the problem is to resolve the issue constructively, with as little discord as possible.” E coloca algumas ações para tal, ou seja, declaração conjunta sem compromisso.

<sup>21</sup> Instituído por 20 países com o capital inicial de US\$ 1 bilhão.

<sup>22</sup> MR087\_p001a1156\_p145-jan/59: Questionário Subcomitê Webb (estuda ajuda militar ao Br) – OPA requer um programa de financiamento que os EUA não irão fornecer (resposta a uma pergunta do comitê sobre ajuda militar e financeira dos EUA ao Brasil).

Antes mesmo que os funcionários da gestão Kubitschek fizessem um pedido formal de empréstimo compensatório, o governo Eisenhower já havia definido que não estaria disposto a atender prontamente os pedidos de socorro brasileiros sem que estes tomassem primeiramente as medidas econômicas consideradas “adequadas”. Isso já fazia parte da política externa daquela administração, como enfatizamos anteriormente, todavia, documentos realçam o caso brasileiro. O Tesouro e o Departamento de Estado norte-americanos elaboraram para o presidente Eisenhower um memorando com alguns *papers* em que há diversas recomendações econômicas que deveriam ser feitas pelo mandatário à JK durante a visita deste aos EUA como presidente eleito em janeiro de 1956. Entre outras considerações, o documento especificava as medidas que já conhecemos: controles monetários e fiscais restritivos e a eliminação do câmbio múltiplo. Não seria esquecida, é claro, a recomendação de se acabar com o monopólio do petróleo, justificando-a como oneroso para a Balança de Pagamentos.<sup>23</sup>

No início do governo Kubitschek, não houve pedidos de resgate para o Balanço de Pagamentos. As previsões para esta conta eram de superávit, como se verificou posteriormente (vide Tabelas: Tabela I), dado que os preços do café haviam se recuperado naquele ano. Em julho, numa reunião do *National Advisory Council (NAC)*, órgão do Executivo norte-americano que congregava representantes dos vários departamentos pertencentes àquele poder<sup>24</sup>, determinou-se que o Eximbank não deveria aceitar um pedido de prorrogação para o pagamento do empréstimo de US\$300 milhões que o Brasil havia contraído em 1953. Consideraram a situação financeira do país favorável pelas linhas de crédito abertas e pela entrada de dólares que se registrava, sendo, portanto, aquele o momento mais apropriado para que o governo brasileiro continuasse com as devoluções do principal e dos juros.<sup>25</sup> Além disso, ante as perspectivas promissoras, naquele mesmo mês, o Eximbank concedeu empréstimos num montante de US\$ 151 milhões, para projetos que, de acordo

---

<sup>23</sup> Drafts of Position Paper for Kubitschek Visit - MR085\_p173a845\_p.307-Out/55. De acordo com entrevista de Kubitschek cedida à Moniz Bandeira (op. cit.: 514), Eisenhower teria aconselhado ao presidente eleito que entregasse a exploração de petróleo a pequenas empresas norte-americanas.

<sup>24</sup> De acordo com o *National Archives and Records Administration* dos Estados Unidos, “The National Advisory Council on International Monetary and Financial Problems was established under the Bretton Woods Agreement, July 31, 1945. It was abolished in 1965 and superseded by the National Advisory Council on International Monetary and Financial Policies (NAC). NAC coordinates US foreign financial and monetary policies.”

<sup>25</sup> FRUS-55-57-Vol VII-Br-d332-jul/56: Minutes of the 246th Meeting of the National Advisory Council on International Monetary and Financial Problems, Washington, July 3, 1956. – “Mr. Arey outlined the history of relations between the Export-Import Bank and Brazil in recent years, including the \$300 million credit of February 1953 and the \$75 million credit of February 1955. He pointed out that more than \$75 million of the former credit had been repaid, and that only \$45 million of the \$75 million credit had been drawn. The Brazilians wanted the Bank to refund the balance of the \$300 million credit over a 20 year period. The Bank felt that refunding would only postpone payments to the very period when the Brazilians would have to make payments on any future long-term credits received in their development program. Also, Brazil was in a good position now with \$90 million in lines of credit with commercial banks which were not being used, and with average dollar earnings running about \$72 million a month as against \$47 million last year. Furthermore, if the Bank refunded the debt it would be necessary to charge a higher rate of interest than the present 3½ percent.”

com Campos (2001: 307-308), faziam parte dos estudos da CMBEU (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos)<sup>26</sup>.

No ano de 1957, contudo, há uma reversão nas expectativas. A queda nos preços do café – e no valor de suas exportações (vide Tabelas: Tabela III) – afetaram o balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que houve um incremento nas importações. As remessas de lucro, diferentemente de períodos anteriores, não apresentaram o mesmo patamar em que se situaram no último governo Vargas, por exemplo (o dobro, na média, se comparado com 1957). Devemos levar em conta que muitos investimentos estrangeiros estavam ainda no início e que, depois da ameaça de controle ocorrida naquele governo, os valores poderiam estar saindo do país de outras formas, como, por exemplo, por sub ou sobre faturamento de mercadorias ao exterior (Bandeira, op. cit.: 549). O que se apresenta mais visível, todavia, é o aumento no volume de juros e amortizações remetidos ao exterior. Durante o governo Vargas e o interregno Café Filho (vide Tabelas: Tabela I), as amortizações anuais correspondiam em média a US\$76 milhões, enquanto os juros a US\$32 milhões. No período JK, as médias correspondem a US\$309 milhões e US\$80 milhões, respectivamente. Somando os dois gastos, do quinquênio 1951-1955 para o 1956-1960, verifica-se que houve, em média, um aumento de 277% nestes gastos a partir da administração JK. Isso representou uma vez e meia o déficit no Balanço de Pagamentos entre 1957 e 1960. A partir de 1957, portanto, não havendo rendas de exportação, buscavam-se novos empréstimos para se pagar os anteriores.<sup>27</sup>

Em junho de 1958, como diria Roberto Campos (op. cit.: 339), as condições econômicas haviam se deteriorado. A inflação que para este autor estava em rápida aceleração, nos termos em que foi estabelecido o Plano de Metas, era, de certa forma, esperada (Lessa, 1981: 56). A dimensão que tomara a piora dos preços do café, entretanto, não era a que se previa (Sochaczewski: op. cit.: 103). De acordo com Campos (op. cit.: 339-340), em meio a tais problemas, o Ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, havia encetado as negociações com o FMI em maio de 1958. Consideramos, além disso, que antes de março aquele já havia entrado em contato diretamente com o governo

---

<sup>26</sup> “Em dezembro de 1950, os governos brasileiro e norte-americano assinaram um acordo de cooperação estabelecendo uma Comissão Mista para avaliar e projetar os planos de um ‘Programa de Reaparelhamento Econômico.’” (Sochaczewski, 1993:161). Em 1953, a Comissão foi encerrada pelos EUA sem que a maior parte dos projetos elaborados fosse financiada.

<sup>27</sup> Os analistas da embaixada norte-americana, em 1957, já percebiam os problemas brasileiros. Telegram From the Chargé in Brazil (Wallner) to the Department of State – “Embassy has prepared analysis of present situation in Brazil covering economic, political, psychological fields (...). These conclusions are: 1. Serious economic difficulties face Brazil during the next 2 or 3 years: a) The balance of payments outlook is critical, with a probable deficit for 1957 of as much as \$250 million and a worsening situation thereafter. i) No significant improvements are foreseen in exports. ii) As most luxury items have already been eliminated from imports, little further compression is possible except at the expense of economic development. b) Internally inflation continues, though at a slower rate in the first half of 1957 than in 1956. c) Combined effects of payments trouble and inflation exacerbate an imbalance in the economic growth of Brazil. 2. Foreign financing will be needed, such as: a) Public and private standby credit lines. b) Relief when requested on Eximbank and other existing obligations. c) Further IMF assistance. d) New public credits (Eximbank and IBRD) to continue basic economic development. e) Continued flow of private US and European investment, encouraged by US Government confidence in Brazil.” - FRUS-55-57-Vol VII-Br-d367-out/57.

norte-americano para solicitar ajuda financeira, pois em telegrama para a embaixada norte-americana, o Secretário de Estado, Dulles, manifestou que os EUA não iriam resgatar o déficit brasileiro, encaminhando o país a estabelecer negociações com o FMI:

Dept believes **Brazilians may be ready abandon idea US bailout** (...) and that if they really fear political implications gold pledge **they will be forced deal seriously with IMF as only alternative.** (...) US financial assistance, without comprehensive program designed to restore balance in external accounts and satisfactory to IMF, would be contrary to established US policy and would constitute unacceptable precedent. (...) **Brazilian economists** understand nature of problem and **should be able in few days to draw up general program** which could then be discussed with IMF, looking toward prompt agreement, provided Brazil **prepared make policy decisions in field of budget, credit and foreign exchange.** If Brazil prepared to undertake necessary measures it should be possible to work out satisfactory arrangements with IMF without delay.<sup>28</sup> (grifos meus)

Como se pode verificar, o programa que seria requisitado ao Brasil pelo FMI já tinha seus termos determinados pelo Departamento de Estado norte-americano. Neste quesito, gostaríamos de reafirmar, antes de demais explicações, que a subalternidade daquele organismo internacional aos Estados Unidos transparece neste período de negociações. No Plano Regional de Operação para a América Latina, por exemplo, proposto ao *Operations Coordinating Board (OCB)*, órgão criado na gestão Eisenhower para promover ações integradas no que se referia à segurança nacional<sup>29</sup>, há a consideração de que, no âmbito econômico, o governo norte-americano devesse apoiar o FMI junto aos países latino-americanos em suas solicitações quanto às políticas consideradas “sólidas” para o desenvolvimento daqueles. Neste sentido, orienta ainda que os EUA devam:

**Encourage efforts by the International Monetary Fund (IMF), the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) to bring about desirable financial and economic reforms,** seeking, insofar as practicable, **to have those organizations take the major part of the responsibility for recommending and negotiating with Latin American governments programs of financial and economic reforms consistent with U.S. objectives.** It is also planned that the Inter-American Development Bank shall make a contribution in this regard.<sup>30</sup> (grifos meus)

Além do FMI ter, dessa maneira, – assim como outras organizações, o BIRD e o BID - suas ações vinculadas aos interesses dos EUA, a prestação de contas quanto às operações daquele organismo, na América Latina, também eram feitas pelo *OCB* ao *National Security Council (NSC)*<sup>31</sup>. As negociações entre o Brasil e o FMI, como explicitaremos mais adiante, revelam ainda mais a subordinação, todavia cabe, por enquanto, apenas mostrar mais um exemplo com a resposta

---

<sup>28</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d239-Mar/58: Telegrama do Departamento de Estado para a embaixada.

<sup>29</sup> Criado em 1953, conforme a *Executive Order* n° 10483 de 2 de setembro, estabelecia que: “SECTION 1. (a) In order to provide for the integrated implementation of national security policies by the several agencies, there is hereby established an Operations Coordinating Board, hereinafter referred to as the Board, which shall report to the National Security Council.”

<sup>30</sup> FRUS-58-60-Vol V-LA-d12-jul/59: Regional Operations Plan for Latin America Prepared for the Operations Coordinating Board. Documento preparado pelo grupo de trabalho de América Latina do próprio OCB.

<sup>31</sup> FRUS-58-60-Vol V-LA-d7-Nov/58: Special Report by the Operations Coordinating Board to the National Security Council. Item a. Balance of Payments and Inflation. “**The United States, aided considerably by the International Monetary Fund (IMF), has made substantial effort to encourage Latin American governments to confront more courageously their fiscal and balance of payments problems.**” Annex A. MAJOR DEVELOPMENTS. Note: “Additional loans authorized since September 30, 1958 amounted to \$2.6 million from the DLF; \$86 million from the IBRD; and **\$1.3 million from the IMF.**” (grifos meus).

dada pela embaixada a um questionário da burocracia de Estado norte-americana sobre as relações Brasil, Estados Unidos e agências internacionais: *“In fact, the IMF in the recent past has in effect been used to attain U.S. objectives through measures which, if adopted in the first instance by the U.S. itself, would probably have drawn a considerable amount of criticism of the U.S. in Brazil.”*<sup>32</sup>

Quanto ao fato de os norte-americanos direcionarem os pedidos de ajuda do governo brasileiro para o FMI, como também foi para o caso de outros países latino-americanos - vide a Argentina -, acreditamos que, além de resguardarem seus interesses com as medidas de austeridade que aquela organização imporia, estariam transferindo as demandas por socorro financeiro para uma entidade multilateral técnica e “imparcial”, diminuindo, dessa forma, as pressões políticas externas sobre o gasto norte-americano. Ou seja, caso o país não atendesse aos requisitos técnico-econômicos do FMI, não haveria por que buscar ajuda junto aos EUA, livrando este, quando conveniente, do fardo das barganhas políticas e de suas prováveis despesas.

A gestão Eisenhower, como já dito, desde a campanha eleitoral prometera diminuir as despesas do governo na América Latina. O déficit no Balanço de Pagamentos dos EUA era, neste período, crescente dados os investimentos militares e aqueles feitos na Europa e Ásia do Leste, tencionando, dessa forma, a administração a reduzir a ajuda ao exterior. O Congresso daquele país, por sua vez, vinha limitando o poder financeiro do Executivo na região. Em maio de 1958, o *OCB* informa em relatório ao *NAC*, que mesmo os programas de assistência técnica aos latino-americanos tiveram seus orçamentos limitados a não mais do que os gastos realizados no ano anterior, restringindo o planejamento de longo prazo e a flexibilidade no uso dos recursos.<sup>33</sup>

De acordo com Campos (op. cit.: 307), na primeira fase do governo Eisenhower essa preocupação com o orçamento mobilizava o Congresso norte-americano, chegando este a ameaçar até à própria existência do Eximbank em algumas audiências daquela casa. Verificamos ainda que foi recorrente a preocupação manifestada pelas autoridades do Executivo quanto aos possíveis questionamentos e reprovações que poderiam ocorrer no Legislativo ao terem aventado a possibilidade de fazer empréstimos para cobrir o Balanço de Pagamentos ou resgatar dívidas nos

---

<sup>32</sup> MR087-p001a1156-p150-fev/59 – Reposta em relação à pergunta sobre a conciliação entre a ajuda militar e a de agências internacionais ao Brasil. Questionário do Subcomitê Webb em visita ao Brasil – Tal comitê avaliava a ajuda militar norte-americana ao Brasil e solicitou que a embaixada respondesse por escrito perguntas sobre o relacionamento entre os dois países.

<sup>33</sup> -FRUS-58-60\_volV\_LA-d2-mai/58: Report From the Operations Coordinating Board to the National Security Council. Congressional Appropriations Limitations. “During the first ten years of the existence of the Institute of Inter-American Affairs (1942–1952) it was possible to carry over funds from one year to another for the Latin American Technical Cooperation program, and for the Institute to adjust allocations between countries and projects in carrying out the program. (...) At present the amount of the funds made available for the Latin American program is reduced in an amount equivalent to those carried over from the previous year. In these circumstances, the inability to obtain Congressional authorization and appropriation beyond a one-year basis deprives the region of the flexibility previously enjoyed both in respect to longer range planning with the host governments and in utilization of the funds.”

países da América Latina<sup>34</sup>. Alguns funcionários do governo norte-americano consideravam ainda que, depois de que um acordo fosse fechado entre o FMI e o país demandante, haveria uma posterior negociação para a concessão de ajuda financeira por parte dos EUA. Ou seja, depois de assumidos os compromissos, os valores requisitados poderiam ser ainda diminuídos. Em pelo menos duas ocasiões, conjecturou-se que as tratativas que o Brasil havia iniciado em 1958, após passagem pelo FMI, poderiam seguir por este mesmo caminho<sup>35</sup>.

Em suma, havia, naquele momento, por parte do governo dos Estados Unidos a ideia de se fazer um contingenciamento dos gastos na América Latina, independentemente do que pleiteavam os países da região com a OPA, por exemplo. O Estado norte-americano vinha, dessa maneira, limitando recursos e, com uma pressão adicional por parte do Congresso, movimentando-se para conter as demandas dos países da América Latina. Procrastinavam os pedidos dentro do FMI e, sempre que possível, diminuía o volume desejado, tentando evitar, por outro lado, um desgaste político, usando aquela organização sob o manto do anonimato multilateral<sup>36</sup>. Daí a motivação que tinha esse governo em encaminhar todos os que requisitassem recursos diretamente para o FMI. Dada a regra, havia, dessa forma, uma constante preocupação em evitar qualquer exceção, pois o precedente colocaria em risco o bom funcionamento desse procedimento<sup>37</sup>. O trecho que segue de um telegrama do Departamento de Estado à embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, sobre as

---

<sup>34</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d251-ago/58: Telegram From the Department of State (Dulles) to the Embassy in Brazil. A respeito de pedido de USD150mio do Brasil ao Exim (incluso atrasados a Bancos Comerciais). "Congress has on numerous occasions criticized Eximbank for extending credit to "bail out" commercial banks." FRUS-55-57-Vol VII-Br-d332-jul/56: Minutes of the 246th Meeting of the National Advisory Council on International Monetary and Financial Problems, Washington, July 3, 1956. – "It would be immeasurably better if Brazil could pay the loan promptly. He pointed out that in recent hearings Congress had wished to write into the record that they did not like balance-of-payments loans of this character." FRUS-58-60-Vol V-Br-d239-Mar/58: Telegrama do Departamento de Estado para a embaixada: "Washington cannot know at this time magnitude or form of possible loan assistance which may be necessary. Both amount Brazil may need and form and extent US support will depend upon adequacy of program Brazil prepared adopt. Possible we may need to seek Congressional approval in advance on formal or informal basis. This would not be for purpose stalling. We are not now in position go to Congress because in absence missing element sound Brazilian program we are unable assure Congress aid could contribute lasting solution Brazil's problems. Congressional consultation would, of course, involve risk of leaks."

<sup>35</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d264-fev/59: Memorandum From the Director of the Office of International Financial and Development Affairs (Adair) to the Assistant Secretary of State for Economic Affairs (Mann) - Brazil's Balance of Payments Problem: "On the same day Treasury representative May told Finance Minister Lopes in substance: **"Agreement between Brazil and the Fund is a precondition for any possible subsequent discussions with the U.S. Government, but there is no U.S. Government commitment for balance of payments assistance even if Brazil should reach agreement with the IMF."**" -FRUS-58-60-Vol V-Br-d273-jul/59: Letter From the Chargé in Brazil (Wallner) to the Director of the Office of East Coast Affairs (Boonstra) – "My second point relates to the idea in your third paragraph of making sure **an IMF agreement doesn't become the basis for an argument about new money**: No one here has encouraged the Brazilians in this belief; nor has anyone discouraged them—including Tom Mann; what we have done is continuously to make it clear to the Brazilians that we would not help out on balance of payments unless they reached agreement with the IMF."(grifos meus).

<sup>36</sup> Termo utilizado por Howard Cottam, ministro para assunto econômicos da embaixada, ao descrever como os EUA vinham atuando por trás do FMI: "The mantle of multilateral anonymity does not hold in this case, because GOB [Government of Brazil] has already presented us to its public as the unseen bogey man in any IMF action." -C38\_rol08\_parte2\_p1064-out/60.

<sup>37</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d264-fev/59: "We stood firm with Argentina, Turkey and other countries, and the Brazilian case is being watched by other countries." FRUS-58-60-Vol V-Br-d268-mai/59: Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State – "To break this front [IMF] would result in avalanche of demands for balance of payments loans which would divert limited public resources from economic development." MR085-p846a1157-p39-jul/59: Carta ARA (Rubottom) para a Embaixada (Wallner) – Considera que não há como auxiliar o Brasil fora do FMI. Os outros países que entraram anteriormente nas exigências estão acompanhado a situação e podem protestar. (grifos meus).

negociações entre Brasil e Estados Unidos que havia apenas começado, ilustra bem tais posicionamentos:

**For U.S. Gov't** itself to become involved in kind of **hard negotiations** and ultimate application stern disciplinary measures required would be highly impolitic and **would strain traditionally friendly relations** two countries. Nevertheless, Brazil must be made appreciate that large **bail-out by U.S. Government not possible and you should discourage** Alkmin's<sup>38</sup> anticipation of it. **Expectation for similar assistance would be inevitable chain reaction throughout free world if U.S. gave in to Brazil now.** At today's meeting it was agreed that Brazil should commence soonest discussions with IMF (...).<sup>39</sup> (grifos meus)

Como última asserção em relação aos posicionamentos norte-americanos mais recorrentes na relação com os países da América Latina e Brasil, vale salientar que os EUA, apesar de trabalharem no sentido limitar a ajuda financeira aos governos da região, não desejavam admitir abertamente tais restrições. Propunham, por sua vez, que estes governos buscassem investimentos junto aos capitais privados internacionais, limitavam o socorro por meio do FMI e, passados tais obstáculos, que em muito reduziam o tamanho dos pedidos, manifestavam-se estarem prontos para ajudar. O relatório especial do *OCB* ao *NAC* de novembro de 1958, no item que menciona os mal-entendidos entre os Estados Unidos e os países da América Latina nos auxilia neste ponto:

**The United States has unlimited resources is also a concept which is tenaciously held in the area**, leading Latin Americans to conclude that the United States "failure" to solve their problems of economic and social development is the result of American indifference or malevolence. Although some thoughtful Latin Americans have an intellectual grasp of the burdens imposed on United States resources by defense and foreign aid, many are unable to comprehend why the United States cannot, if it only would, devote an effort to Latin America of the scope of the Marshall Plan in Europe or of our aid programs in Asia in recent years. **At the same time, it is not in the interest of the United States to admit to economic limitations** in such a way as to give the impression that the United States is less able or willing to assist with their problems than, for example, the Soviet Union."<sup>40</sup> (grifos meus)

Enfatizamos que esta não é uma discussão sobre se os EUA detinham ou não recursos disponíveis. O que estamos tentando afirmar é que havia, pois, uma mobilização para contê-los na referida região. Se houvesse alguma necessidade justificável, o poder financeiro do governo norte-americano poderia ser rapidamente arrematado, estando à disposição para qualquer barganha eventual. No final dos anos 1960, em despacho da embaixada para o Departamento de Estado, Howard Cottam, comenta: "*While we should support IMF in fully inducing stabilization, we should not abdicate our bilateral negotiation freedom with Brazil.*"

Tendo em conta esta tentativa de melhor especificar o contexto, retomamos, então, a demanda do Brasil junto aos Estados Unidos, encaminhada ao FMI, a partir de 1958. De acordo

---

<sup>38</sup> José Maria Alkmin, Ministro da Fazenda do Brasil de 1956 a 1958.

<sup>39</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d232-fev/58: Telegram From the Department of State to the Embassy in Brazil.

<sup>40</sup> FRUS-58-60-Vol V-LA-d7-nov/58: Special Report by the Operations Coordinating Board to the National Security Council "Annex B. MAJOR OPERATING PROBLEMS AND DIFFICULTIES FACING THE UNITED STATES 17. Misunderstandings of the United States.

com Campos (op. cit.: 339-340), o então ministro Alkmin teria assinado em maio uma carta de intenções junto àquele organismo em que, mediante condições draconianas, o país poderia sacar US\$37 milhões. Campos (idem) salienta que este valor alavancaria US\$100 milhões do Eximbank e US\$58 milhões de bancos privados norte-americanos<sup>41</sup>. Bandeira (op. cit.: 520), por sua vez, menciona que o Brasil teria retirado US\$37,5 milhões de uma quota de US\$ 150 milhões. Constatamos que o Brasil recebeu o valor de US\$37 milhões do FMI, em 1958, conforme os registros do Balanço de Pagamentos do IBGE (Vide Tabelas: Tabela I) e do Banco Central do Brasil<sup>42</sup>. Quanto ao que se negociou no período, o Secretário de Estado norte-americano, John F. Dulles, informa em telegrama para a embaixada, de agosto de 1958, que o Brasil pleiteara US\$200 milhões, considerando que seria este o valor necessário para cobrir o déficit esperado naquele ano, pedindo US\$150 milhões ao Eximbank e o restante a bancos comerciais de Nova Iorque<sup>43</sup>. De acordo, com o próprio secretário, Dulles, foram aprovados, em reunião do *NAC*, US\$100 milhões por parte do Eximbank e US\$50 milhões por parte dos bancos privados. Os US\$37 milhões de 1958, portanto, devem referir-se tão só a carta de intenções assinada por Alkmin. Não sabemos se este valor seria descontado ou não daqueles outros valores informados por Dulles. O fato é que, em 1958, o país recebeu somente US\$37 milhões desde que as negociações haviam começado. Em junho, Lucas Lopes substituiu José Maria Alkmin no Ministério da Fazenda e preparou, entre julho e setembro, o Plano de Estabilização Monetária (PEM), de forma a atender ao que requeria o FMI. Planejava-se aplicá-lo totalmente em 1959 (Campos, op. cit.: 344).

Antes de sua implementação, contudo, Lucas Lopes tomaria algumas ações que preparariam o terreno para as futuras medidas que se previam para o plano:

(...) restringiu o crédito, concedeu bonificação aos exportadores, reduziu subsídios às importações de trigo e de petróleo e anunciou [o] programa de estabilização monetária, para o ano de 1959, recomendando que a revisão do salário mínimo se limitasse a recompor o poder de compra dos trabalhadores, somente e na proporção do aumento do custo de vida, a partir de 1956 (...). (Bandeira, op. cit.: 540)

Ante tais restrições e com o programa de estabilização em vista, o FMI vinha se manifestando de acordo com as reformas fiscal e monetária, mas mantinha-se irredutível quanto à

---

<sup>41</sup> O autor não explica o que quer dizer com termo (alavancagem). Não entendemos que tal empréstimo (US\$37 milhões) viesse a disponibilizar imediatamente os US\$ 158 milhões mencionados.

<sup>42</sup> Vide sítio do Banco Central do Brasil na internet: [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br).

<sup>43</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d251-ago/58: Telegram From the Department of State (Dulles) to the Embassy in Brazil. "Following new discussions with IMF, Brazilians represented 1958 deficit in dollars and ACL currencies to be approximately \$320 million, but stated that cash deficit in both type currencies between now and end of year equal \$200 million. It was explained that this included \$150 million US dollar deficit and \$50 million deficit in ACL currency. Brazilians then stated necessity of receiving total credit of \$150 million from Eximbank in order that they might obtain additional credits from commercial banks to satisfy ACL currency deficit. (...)It thereupon offered to lend \$100 million for 8 years with no principal payments during the first 3 years, provided arrangements could be made with commercial banks to obtain total of \$50 million. (...) National Advisory Council today supported Eximbank position and approved consideration by Eximbank of credit of \$100 million to be supplemented by credits aggregating \$50 million from commercial banks."

necessidade do país de fazer uma reforma cambial que eliminasse o câmbio múltiplo<sup>44</sup>. Não sabemos se houve dogmatismo por parte daquele organismo, conforme alegado por Roberto Campos (op. cit.: 356) ou se havia algum interesse em acabar com o subsídio que recebia, por exemplo, o petróleo e seus derivados. A questão é que antes mesmo de elaborada a proposta do PEM, esta controvérsia entre o Brasil e o FMI já estava em pauta. Per Jacobson, Diretor Geral do FMI, em maio de 1958, consultou o governo dos Estados Unidos sobre a proposta de estabilização brasileira e recebeu daquele governo - que realizou inclusive uma reunião informal do *NAC* para discutir o assunto - uma resposta, reprovando o programa, principalmente no que se referia à questão cambial<sup>45</sup>.

Em 1959, ainda sem qualquer acordo com o FMI, a perspectiva no Balanço de Pagamentos do Brasil era de um déficit ainda maior do que aquele registrado no ano de 1958. O país passaria a requisitar, dessa maneira, aval para um empréstimo de US\$300 milhões<sup>46</sup> (Bandeira, op. cit.: 540). O FMI, com apoio reiterado pelos Estados Unidos, insistia, todavia, nas mudanças cambiais<sup>47</sup>. O governo Kubitschek, por sua vez, não suportaria, além das medidas contracionistas, uma reforma cambial que aumentasse ainda mais o custo de vida. A implementação total do PEM, conforme Benevides (op. cit.: 221), já causaria grande impacto nas bases de apoio de JK, pois:

As consequências mais concretas dessas medidas seriam altamente desfavoráveis a todos os grupos representados pelos partidos: restrição do crédito em geral, vital para a indústria tradicional (dificultaria todas as transações comerciais também e restringiria o ritmo de expansão); alta do custo de vida, como um plano anti-inflacionário, o que afetaria diretamente as massas representadas pelo PTB e outros partidos de 'esquerda' (...)

A oposição, principalmente por parte da UDN, e alguns órgãos de imprensa já haviam iniciado um ataque às ações do governo e a conturbação social vinha se tronando crescente (Bandeira, op. cit.: 541).

Em maio, Juscelino Kubitschek apelou diretamente ao governo norte-americano, manifestando a necessidade de ajuda externa sem que fosse preciso realizar uma reforma cambial.

---

<sup>44</sup> MR08\_p001a1156\_p615-mai/58 - Memorando interno do Departamento de Estado – Negociações Brasil-FMI: Reformas fiscal e monetária acordadas, mas problemas com reforma cambial. Embaixada tem dúvidas se o governo brasileiro suportará medidas tão austeras sem uma ajuda realmente substancial por parte dos EUA.

<sup>45</sup> MR087-p001a1156-p619-mai/58 - Memorando interno do Departamento de Estado – Negociações Brasil-FMI – Adendo.

<sup>46</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d264-fev/59: Memorandum From the Director of the Office of International Financial and Development Affairs (Adair) to the Assistant Secretary of State for Economic Affairs (Mann) - Brazil's Balance of Payments Problem – "In my memo of February 2, I reported that Brazil was thinking of sending a mission to Washington within two weeks to negotiate with the IMF and the Eximbank for assistance to cover a balance of payments deficit for 1959 estimated at some \$300 million. (...) The IMF feels strongly that Brazil should modify its unrealistic exchange system: yet Kubitschek has said that he cannot do much in this field since he believes devaluation would be politically difficult. We agree with the IMF that unless Brazil modifies the exchange system there is not much hope that it will be able to balance its international accounts, and thus cease coming to the U.S. every year for balance of payments assistance. Whether in the final analysis the IMF will yield on this vital part of a stabilization program remains to be seen. (...) Any misconception that President Kubitschek may have on the importance of exchange reform should be removed."

<sup>47</sup> O próprio Roberto Campos, que era a favor da reforma cambial, considerou a posição do FMI excessivamente inflexível e com pouca consideração em relação aos problemas locais (Campos, op. cit.: 358).

Em reunião com JK, o Secretário Assistente do Departamento de Estado, Thomas Mann, alegou ante a solicitação do presidente que o FMI era uma entidade independente, sobre a qual os norte-americanos não teriam controle. Considerou, por sua vez, que os empréstimos só seriam feitos, desde que passassem pelo FMI<sup>48</sup>. Como explicamos, passar por cima do FMI, poderia abrir precedentes indesejados para o governo norte-americano. Em 9 de junho, Kubitschek avisou ao *Chargé* de Assuntos Econômicos da embaixada, Wallner, que havia cancelado a missão do Brasil junto ao FMI e que poderia eventualmente pedir a moratória de alguns débitos no exterior, deixando subentendido que não tornaria público o fato do rompimento até que seu interlocutor lhe informasse a posição do governo dos Estados Unidos ante aquele anúncio<sup>49</sup>. Em 12 de junho, o presidente brasileiro recebeu novamente Wallner que apresentou a proposta do governo dos EUA em que este postergaria os pagamentos dos empréstimos concedidos ao Brasil, dando-lhe tempo para que retomasse as negociações e chegasse a um acordo junto ao Fundo. JK considerou a medida insuficiente<sup>50</sup>. O rompimento do governo Kubitschek com o FMI tornou-se público, por meio de discurso oficial, em 17 de junho daquele ano (1959).

No ano seguinte, último do governo Kubitschek, o déficit no Balanço de Pagamentos brasileiro de 1959 havia sido coberto mesmo sem o aval do FMI e a conseqüente ajuda dos Estados Unidos. A auto avaliação dos EUA em relação ao seu posicionamento e uma leve mudança de na posterior atitude política talvez nos permita algumas conclusões, pois o governo brasileiro, depois de abandonar o PEM, vinha atingindo suas metas de desenvolvimento ao mesmo tempo em que escapava do padrão de enquadramento estabelecido pelos EUA para os países da região.

Conforme consta no Balanço de Pagamentos brasileiro do período (Vide Tabelas: Tabela I), nos anos de 1959 e 1960, houve um considerável aumento na utilização dos haveres a curto prazo no sentido de contrabalançar o resultado dos déficits registrados. Entre 1958 a 1959, esse saldo praticamente triplicou e, entre 1959 e 1960, houve um incremento de mais 37%, havendo, ao mesmo tempo, para todo o período, contínua perda de reservas (ibidem: Tabela II). Pudemos observar também, conforme dados do Banco Central (ibidem: Tabela IV), que houve um aumento bastante considerável nos empréstimos e financiamentos a curto prazo em 1960, mas muito maior

---

<sup>48</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d268-mai/59: Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State – “[JK] made personal appeal to avoid final steps in exchange reform which would inevitably raise price of petroleum and bread and thereby incur political and social movements which his government would be unable control. (...) [Mann] well understood Brazil’s internal problems and felt that renewed efforts should be made to find formula to reconcile them with sound stabilization measures. While US did not control Fund, it respected latter’s technical competence and had followed policy of making balance of payments loans only on basis of other country’s prior agreement with Fund. To break this front would result in avalanche of demands for balance of payments loans which would divert limited public resources from economic development.”

<sup>49</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d270-jun/59: Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State.

<sup>50</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d271-jun/59: Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State.

foi o crescimento de outros passivos de curto prazo, nos anos de 1959 e 1960, havendo aí, neste último ano, elevação no saldo líquido de atrasados.

Houve, portanto, uma deterioração nas contas externas brasileiras, pois os déficits foram sendo financiados por empréstimos a curto prazo, geralmente a juros mais altos, e muito do que existia como haveres a curto prazo era proveniente de operações de *swap*, também de alto custo. De acordo com Lessa (op. cit.: 59):

(...) ao esgotarem-se as linhas tradicionais de crédito externo, lançou-se mão, nos anos finais do quinquênio, de certos expedientes de "desespero" para solucionar temporariamente o impasse externo que poderia fazer malograr alguns objetivos essenciais do Plano. Neste sentido, contraíram-se os chamados *swaps*. Por estas práticas o Banco do Brasil assumia uma dívida em dólares, entregando cruzeiros ao depositante de divisas. A este era assegurado o direito de, em certa data, refazer a operação, restituindo pela mesma taxa cambial, os dólares anteriormente depositados. Tais práticas permitiram a coleta de divisas adicionais, e, se bem que representem uma das formas mais onerosas de obtenção de poupanças do exterior, serviram para minimizar um estrangulamento ameaçador.

O atraso em certo volume de pagamentos, como vimos acima, e o expediente de solicitação de postergação para pagamento de faturas também foram alguns dos expedientes utilizados<sup>51</sup>. O preço a pagar estava sendo alto e os problemas financeiros acabariam se ampliando em períodos subsequentes. Contudo, ao escapar temporariamente do estrangulamento que estava sendo imposto pelas reformas exigidas pelo FMI, as metas propostas puderam ser em grande parte cumpridas, permitindo a melhoria na infraestrutura, a modernização fabril de setores já existentes e a constituição de outros, como o de bens intermediários e de consumo durável.

Ao final do ano de 1959, a embaixada dos EUA, em informação enviada ao Departamento de Estado, verificou que as condições econômicas realmente vinham se deteriorando, mas, passados dois anos sem ajuda externa oficial, a situação não era das piores:

**We should realize that Brazil's financial record is not quite as bad as it has often been pictured.** For example, in Washington I heard a good deal of talk about the "billion dollars in balance of payments help which Brazil has received since 1953." In point of fact, the net balance of payments help has been barely half of this and a good deal of the gross has actually been paid. Thus, nearly two-thirds of the \$300, 000, 000 which Brazil borrowed in 1953 has been repaid. **There has as yet been no default on Brazil's obligations.** Herbert May, our Treasury Attaché, prepared some figures for us on total foreign loans and repayments from 1953 to 1958 which **showed a heavy deficit only in the last year**; until then, income approximately balanced outgo. Brazil has sharply curtailed imports, particularly of luxury items; more drastic curbs would cut into essentials or development. Brazil's balance of payments problem has been only partly due to extravagance, and it has been in very substantial measure due to heavy short term maturities. (Of course, this is not

---

<sup>51</sup> C38\_rol013\_parte2-p1020-dez/60 – Foreign Service Dispatch – da embaixada ao Departamento de Estado: Informa sobre reunião do ministro Paes de Andrade com petroleiras norte-americanas com o objetivo de postergar pagamentos referentes a importações do produto.

to deny Brazil's need to take the measures necessary to expand its exports, particularly in the face of the probable continuation of decline in world coffee prices.)<sup>52</sup> (grifos meus)

Em outro relatório de avaliação das relações Brasil-Estados Unidos para o Subsecretário de Estado, Douglas Dillon, emitido por Thomas Mann, este manifesta que talvez o governo dos Estados Unidos pudessem ter feito mais pelo governo JK sem que este rompesse com o FMI. Afirmou ainda que havia sugerido, no passado, que talvez Brasil e FMI pudessem ter chegado a um acordo, negociando-se um meio termo entre um certo nível de desenvolvimento econômico e uma dada taxa de inflação, mas que não teria recebido apoio do próprio Fundo e do Tesouro norte-americano<sup>53</sup>. Tais alegações não reúnem elementos suficientes para se tirar conclusões de que os norte-americanos vinham reavaliando suas posições, contudo, entendemos que, de algum modo, os Estados Unidos procuraram mudar suas relações com o governo brasileiro. O fato é que, na primeira metade do ano de 1960, o Brasil reatou com o FMI e US\$47,7 milhões foram liberados ao país sem maiores exigências (Bandeira, op. cit.: 545; Cervo e Bueno, op. cit.: 297).

Talvez o impacto da Revolução Cubana, como salienta Bandeira (op. cit.: 545), a visita do presidente Eisenhower em fevereiro de 1960 (Cervo e Bueno, op. cit.: 297), ou ambos tenham feito com que os EUA mudassem sua postura de intransigência em relação ao país. Todavia não podemos deixar de considerar que o governo Kubitschek escapou, mesmo que temporariamente, do padrão de enquadramento financeiro norte-americano, utilizando-se inclusive dos investimentos diretos europeus - em menor grau, dos japoneses - para melhor contornar a situação externa<sup>54</sup>. Um país em franca industrialização, ensaiando uma política externa mais independente – como foi o caso da iniciativa da OPA, por exemplo - e que mostrara, por fim, insubordinação ao ditame econômico da potência hegemônica talvez não fosse um precedente que interessasse para os Estados Unidos. Uma reaproximação com uma abordagem mais flexível, trazendo de volta o Brasil à instituição multilateral moderadora dos Estados Unidos, parece ter sido solução mais adequada para o momento.

## **Conclusões**

O interesse industrializante brasileiro que se constituiu naquele período, a partir de um consenso entre amplos setores sociais, enfrentou, quando não o desinteresse, a oposição por parte da potência hegemônica que pretendia para o país outro tipo de desenvolvimento econômico que

---

<sup>52</sup> FRUS-58-60-Vol V-Br-d278-dez/59: Letter From the Ambassador in Brazil (Cabot) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom).

<sup>53</sup> C38-rol07-parte2-p553-nov/60: Relatório ARA (Mann) para Subsecretário do Departamento de Estado (Dillon).

<sup>54</sup> Além da prática de swaps e de muitos empréstimos a curto prazo que ainda eram fornecidos externamente.

melhor atendesse aos seus próprios anseios. Infelizmente, a disposição dos norte-americanos era muito diferente daquilo que estava nas expectativas do Brasil.

Ao final deste trabalho percebemos que o governo Kubitschek tinha o propósito de realizar a complementação industrial brasileira mesmo que houvesse oposição por parte dos Estados Unidos. Talvez a experiência do governo Vargas tenha feito com que as esperanças não fossem depositadas num parceiro com o qual nem sempre se podia contar nos momentos em que mais se precisava dele. As expectativas frustradas com o fim da CMBEU tiveram um lado positivo. O Plano de Metas foi concebido para que não dependesse totalmente de um único arbítrio. Recebeu investimentos externos diretos, conseguidos principalmente na Europa, aproveitando-se externamente da nova conformação da estrutura de acumulação produtiva industrial e, internamente, de uma regulamentação mais do que oportuna, elaborada ironicamente por opositores políticos. Explicitava-se que o plano seria pago com os próprios recursos provenientes dos impulsos virtuosos dos investimentos previstos e da substituição que faria das importações, estando, sob o conhecimento velado de todos, sustentado sobre ampla expansão monetária. Sabia-se, também, apesar de todos os esforços, que não seria possível cumprir com as metas sem pedidos de socorro. O preço do café, logo no início do governo, já havia dado o alerta. Mobilizar recursos políticos externos seriam então necessários para realizar um constrangimento moral suficiente para conseguir da grande potência alguma ajuda econômica que significasse para o Brasil uma garantia da execução do Plano sem demais turbulências. A OPA infelizmente não veio a tempo. Submeter-se ao FMI e a todas exigências restritivas dos Estados Unidos, repassadas por este organismo, foi então a derradeira opção no momento em que os déficits sucessivos no Balanço de Pagamentos realmente ameaçaram a solvência brasileira. Uma estreita passagem aberta pelos capitais de curto prazo ainda deram fôlego para que JK conseguisse escapar, pelo menos na sua gestão das terríveis condicionalidades do FMI – o que ajudou, por fim a completar o Plano de Metas.

Todavia, o que podemos concluir da necessária, senão obrigatória, relação do Brasil com os Estados Unidos é que para estes, a América Latina não representava, naquele momento, perigo político, econômico ou militar. Sua condição de fornecedora de produtos primários, principalmente como reservatório de matérias primas essenciais era mais do que confortável financeira e estrategicamente. Se tais países buscassem o desenvolvimento econômico pela industrialização, poderiam fazê-lo com a ajuda norte-americana – não havendo muitas opções –, mas teriam que abrir seu espaço de exploração econômica àquele país e restringir sua própria atuação com as condicionalidades econômicas. Uma ajuda econômica real por parte do governo norte-americano, portanto, não era provável, pois dentro do sistema capitalista jamais haveria interesse por parte daquele país em criar novamente, com seus próprios recursos, uma outra região desenvolvida

industrialmente que poderia eventualmente e num longo prazo entrar na concorrência pelos mercados mundiais juntamente com Europa e o Japão.

## Tabelas

**Tabela I**  
**Balanco de Pagamentos**  
Valor (US\$ 1 000 000)

	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
A. Balança comercial.....	- 532	- 286	424	148	320	437	107	65	72	- 23	113
Exportação (FOB) .....	1 171	1 416	1 540	1 558	1 419	1 483	1 392	1 244	1 282	1 270	1 405
Importação (FOB) .....	1 703	1 702	1 116	1 410	1 099	1 046	1 285	1 179	1 210	1 293	1 292
B. Serviços .....	- 469	- 336	- 355	- 338	- 308	- 369	- 358	- 309	- 373	- 459	- 350
Transportes e seguros .....	- 260	- 232	- 138	- 159	- 142	- 127	- 122	- 108	- 96	- 85	- 83
Rendas de capitais .....	- 90	- 36	- 127	- 97	- 78	- 91	- 93	- 89	- 116	- 155	- 145
Juros .....	- 20	- 22	- 34	- 48	- 35	- 67	- 67	- 58	- 91	- 115	- 114
Lucros e dividendos .....	- 70	- 14	- 93	- 49	- 43	- 24	- 26	- 31	- 25	- 40	- 31
Outros serviços .....	- 119	- 68	- 90	- 82	- 88	- 151	- 143	- 112	- 161	- 219	- 122
C. Mercadorias e serviços (A + B) .....	- 401	- 622	69	- 190	12	68	- 251	- 244	- 301	- 482	- 237
D. Transferências .....	- 2	- 2	- 14	- 5	- 10	- 11	- 13	- 4	- 10	4	15
E. Transações correntes (C + D) .....	- 403	- 624	55	- 195	2	57	- 264	- 248	- 311	- 478	- 222
F. Capitais .....	- 11	35	59	- 18	3	151	255	184	182	58	288
Investimento direto líquido (1) .....	- 4	9	22	11	43	89	143	110	124	99	108
Emprestimos e financiamentos - médio e longo prazos .....	38	35	44	109	84	231	319	373	439	348	579
Capitais de curto prazo .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações .....	- 27	- 33	- 46	- 134	- 140	- 187	- 242	- 324	- 377	- 417	- 327
Outros .....	- 18	24	39	- 4	16	18	35	25	- 4	28	- 72
G. Total (E + F) .....	- 414	- 589	114	- 213	5	208	- 9	- 64	- 129	- 420	66
H. Erros e omissões .....	123	- 26	- 98	10	12	- 14	- 171	- 189	- 25	10	49
I. Superavit (+) ou deficit (-) .....	- 291	- 615	16	- 203	17	194	- 180	- 253	- 154	- 410	115
J. Demonstrativo de resultado .....	291	615	- 16	203	- 17	- 194	180	253	154	410	- 115
Haveres de curto prazo (aumento (-)) .....	238	103	62	50	- 69	- 165	143	59	176	241	- 309
Outro monetário (aumento(-)) .....	- 1	- 1	- 1	- 1	- 1	- 1	—	- 1	- 1	40	2
Operações de regularização .....	28	- 28	486	200	61	- 28	37	195	- 21	61	260
FMI .....	28	- 28	28	0	0	- 28	37	37	- 21	48	40
Outros .....	0	0	458	200	61	0	0	158	0	13	220
Atrasados comerciais .....	26	541	- 563	- 46	- 8	0	0	0	0	68	- 68

**FONTE** — Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

<b>Tabela II</b>	
<b>Reservas Internacionais no Banco Central do Brasil (US\$ milhões)</b>	
Período	Liquidez Internacional 1/
1956	608
1957	474
1958	465
1959	366
1960	345
1961	470

**Fonte:** Banco Central do Brasil

1/ Agrega os valores do conceito "caixa", os haveres de títulos de exportação e outros haveres de médio e longo prazos.

Valores relativos ao fim do período

<b>Tabela III</b>							
<b>Valor dos principais produtos da pauta de exportação, Brasil, 1955-1963 (FOB, em US\$ milhões)</b>							
<b>Produtos exportados</b>	<b>1955</b>	<b>1956</b>	<b>1957</b>	<b>1958</b>	<b>1959</b>	<b>1960</b>	<b>1961</b>
Café	844	1030	845	688	733	713	710
Algodão	131	86	44	25	36	46	110
Minérios	35	43	86	69	73	83	92
Cacau e derivados	106	81	90	117	91	98	62
Açúcar	46	2	46	58	42	58	66
Outros	257	241	281	287	307	272	363
<b>Total</b>	<b>1.419</b>	<b>1.483</b>	<b>1.392</b>	<b>1.244</b>	<b>1.282</b>	<b>1.270</b>	<b>1.403</b>

Fonte: SUMOC, Boletim, anual, 1964, p. 56-7. (Apud. Loureiro, 2012: 470)

<b>Tabela IV</b>						
<b>Empréstimos a Curto Prazo e outros Passivos</b>						
<b>US\$ milhões</b>						
<b>Discriminação</b>	<b>1955</b>	<b>1956</b>	<b>1957</b>	<b>1958</b>	<b>1959</b>	<b>1960</b>
<b>Empréstimos e financ. - demais setores CP (líquido)</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>35</b>	<b>25</b>	<b>-4</b>	<b>85</b>
<b>Outros passivos LP e CP (líquido)</b>	<b>-66</b>	<b>17</b>	<b>-18</b>	<b>28</b>	<b>150</b>	<b>335</b>
Outros passivos LP (líquido)	0	0	0	0	0	0
Outros passivos CP (líquido)	-66	17	-18	28	150	335
Atrasados (líquido)	-8	0	0	0	0	68
Demais (líquido)	-58	17	-18	28	150	267

Fonte: BACEN - Série Histórica do Balanço de Pagamentos: 2013 (Elaboração própria)

## **Bibliografia**

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de historia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1973] 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita (autor). Desenvolvimento econômico e estabilidade política: o governo Kubitschek, 1956-1961. 1975.

- CALDAS, Ricardo W. A política externa do governo Kubitschek. Brasília: Thesaurus, 1995.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. A lanterna na popa – memórias. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora UnB, 2002.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 15. ed. São Paulo, SP: Comp. Ed. Nacional, 1977.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o estado. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.
- LESSA, Carlos (autor). Quinze anos de política econômica. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RABE, Stephen G (autor). Eisenhower and Latin America: the foreign policy of anticommunism. Chapel Hill ; London: Univ. of North Carolina, c1988.
- SOCHACZEWSKI, Antônio Claudio. Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil : 1952-1968. 1993.

#### **Arquivos Consultados:**

- Arquivos Diplomáticos Estrangeiros sobre o Brasil, constantes no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Foram consultados:

a) Records of the Department of State Relating to Internal Political and National Defense Affairs of Brazil – 1955-1959 – (microfilmes: MR080 a MR087)

b) Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – 1960-1963 – (microfilmes: C38 no.1 a 19)

- Arquivos oficiais da CIA (*Central Intelligence Agency*). Disponíveis em: <http://www.foia.cia.gov>.

- Arquivos oficiais do Departamento de Estado norte-americano – FRUS (Foreign Relations of the United States). Disponíveis em: <http://www.history.state.gov>.

## A Indústria de Bens de Capital e a Evolução das Exportações no Brasil entre 1974/1989

1. Uallace Moreira Lima, Doutor em Desenvolvimento Econômico – Concentração em História Econômica. Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
2. Pedro Paulo Zahltuh Bastos, Professor Doutor e Chefe do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

### Resumo

Narrativas liberais afirmam que o suposto modelo de proteção do mercado interno para substituir importações teria levado as empresas brasileiras a um desenvolvimento tecnológico precário e à incapacidade de exportar produtos manufaturados em larga escala. Este artigo seleciona o ramo tipicamente mais intensivo em tecnologia, o de bens de capital, e procura analisar a dinâmica das exportações para avaliar a interpretação liberal no período 1974-1989. O artigo mostra que, na década de 1970, havia uma expansão *simultânea* do mercado interno e das exportações de bens de capital, que foi interrompida pela crise macroeconômica da década de 1980, e seu impacto crítico sobre a competitividade do ramo pela retração de investimentos, ganhos de escala e produtividade.

**Palavras-chave:** Comércio Exterior, Bens de Capital, Desenvolvimento Econômico